

M4 - TESTE 1

GRUPO I – A POPULAÇÃO DA EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII: CRISES E CRESCIMENTO

Doc. 1 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA				
ANOS	INCLUINDO MORTES VIOLENTAS		EXCLUINDO MORTES VIOLENTAS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1480-1679	27,0	33,1	30,1	33,9
1680-1729	33,0	33,6	34,7	33,7
1730-1779	44,8	48,2	45,8	48,2
1780-1829	47,8	55,4	49,5	55,5

DOC. 2. – CRISE DEMOGRÁFICA

A verdadeira crise demográfica [...] resulta de uma série de acidentes meteorológicos [geralmente de verões chuvosos] num determinado contexto económico-social. Sucessivas colheitas medíocres e mal conservadas, provisões deterioradas e logo o preço do trigo, do pão – alimentos fundamentais – não param de subir, duplicando, triplicando, ou até mesmo quadruplicando. [...] Os rendimentos populares não acompanham os preços, pelo contrário; o povo miúdo come alimentos medíocres ou infestados, as epidemias sobretudo digestivas abatem-se sobre ele; são propagadas pelos mendigos, pelos bufarinheiros *vendedores ambulantes, pelos soldados, pelos marginalizados; mais frequentemente do que se crê é a fome pura e simples.

Pierre Goubert, *L'Ancien Régime – 1: La Société*, Armand Colin, Paris, 1969, pp. 36-37.

1. A partir dos dados dos documentos 1 e 2, **identifique** as opções corretas que completam cada afirmação:

(A) O modelo demográfico do século XVII era marcado por diversas características:

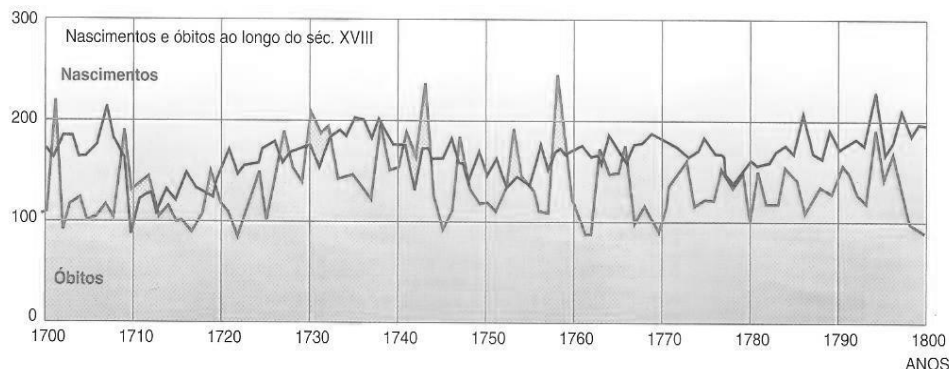
1. a população aumentava mais em consequência do desenvolvimento tecnológico.
2. a mortalidade infantil era diminuta.
3. era marcado pelo caráter cíclico e repetitivo das crises de mortalidade.
4. era afetado pelos maus anos agrícolas ligados a problemas climáticos (secas ou chuvas em excesso, gelo) ou pragas).
5. a estagnação da população anulava o crescimento populacional anterior.
6. a natalidade era alta e cada família tinha em média mais de cinco filhos.
7. a diferença entre a natalidade e a mortalidade era positiva assegurando o crescimento da população.

(B) A crise demográfica no Antigo Regime:

1. era consequência do aumento do preço dos cereais e do pão.
2. era resultante do desperdício de alimentos.
3. era uma crise repentina, mas que provocava o recuo demográfico.
4. era provocada pelo enfraquecimento dos organismos e pela maior resistência a doenças e a epidemias.
5. era favorecida pelas devastações causadas pelas guerras que destruíam campos e colheitas, provocando dificuldades de abastecimentos.
6. acontecia quando o número de mortes era em larga medida inferior aos nascimentos.
7. era uma crise sempre de âmbito local.

(C) A economia pré-industrial:

1. agravava a dependência dos homens face aos recursos alimentares.
2. era essencialmente agrícola e de base cerealífera.
3. utilizava instrumentos e técnicas agrícolas avançadas e sem recurso ao pousio.
4. assentava em técnicas arcaicas e era pouco produtiva.
5. não era influenciada pelas alterações climáticas.
6. favorecia o abastecimento das populações devido à abundância.
7. a maior parte da população não trabalhava na agricultura.

Doc. 3 – UMA NOVA DEMOGRAFIA NO SÉCULO XVIII

2. **Explicit** três fatores que possibilitaram o crescimento populacional a partir do século XVIII.

II GRUPO – ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E PODER POLÍTICO NAS SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME**Doc. 1 – O PAPEL DO REI NA MANUTENÇÃO DA HIERARQUIA SOCIAL**

Em primeiro lugar manter a Igreja com todos os seus direitos, imunidades e privilégios, como sendo o filho mais velho, sem permitir que sejam enfraquecidos sob qualquer pretexto [...]; mas, também cuidar que aqueles a quem concedo benefícios tenham a capacidade, a piedade e outras qualidades requeridas para cumprir dignamente e, sobretudo, que sejam bem-intencionados relativamente ao meu serviço e ao repouso do Estado [...]. Com respeito à nobreza, que é o meu braço direito, atendê-la, tratá-la com confiança e bondade em todos os encontros. Com respeito à magistratura honrá-la, mas é muito importante impedir que se emancipem e obrigá-los a manter-se nos limites dos seus deveres [...]. Que entre todos os deveres de um bom rei, compete-lhe suavizar a vida do seu povo, aliviando-o não somente da talha, mas de todas as outras imposições de qualquer natureza tanto quanto possam permitir as despesas necessárias e indispensáveis à conservação geral do Estado. Que tenha perto de mim servidores muito capazes e de uma inteira fidelidade. Que me compete distinguir o lugar de cada um para os empregar segundo os seus talentos. Que me esforce para que fique bem persuadido que eu sou o senhor [...]. Que procure que todos os do meu Conselho vivam em bom entendimento entre si de modo que as desinteligências não prejudiquem o meu serviço.

Luís XIV. *Últimas recomendações de Mazarin a Luís XIV.*

Doc. 2 – OS FUNDAMENTOS DA MONARQUIA ABSOLUTA, SEGUNDO BOSSUET

Cada um deve submeter-se à forma de governo que encontre estabelecida no seu país [...]. Respeito em cada povo o governo que o hábito consagrou e a experiência considerou o melhor [...]. O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. O príncipe vê de mais alto e de mais longe; deve pensar-se que ele vê melhor e é preciso obedecer sem murmurar, pois o murmúrio é já uma disposição à revolta. A autoridade real vem de Deus. A autoridade real é sagrada... religião e consciência exigem que se obedeça ao príncipe. A autoridade real é absoluta... o príncipe não presta contas a ninguém sobre o que ordena... mesmo que o rei falhe no seu dever, o seu ministério deve ser respeitado... Os príncipes são deuses. Todo o Estado está nele... Como em Deus está contida toda a perfeição e toda a virtude, assim toda a autoridade dos particulares está reunida na pessoa do príncipe. Que grandeza que um só homem contenha tanto. [...] Considerem o príncipe no seu gabinete. Dali partem as ordens [...] para os magistrados, os capitães, os cidadãos e os soldados, as províncias e os exércitos por terra e por mar. É a imagem de Deus, que sentado no seu trono no mais alto dos céus faz andar toda a natureza.



Bossuet, *Politique tirée de l'Écriture Sainte*.

Doc.3 – O PODER VISTO POR LUÍS XIV

A- Somente na minha pessoa reside o poder soberano. A mim só pertence todo o poder legislativo sem dependência nem partilha. Toda a ordem política emana de mim e os direitos e os interesses da nação estão necessariamente unidos aos meus e repousam apenas nas minhas mãos.

Luís XIV, *Declaração ao Parlamento*.

B- Não é do meu interesse tomar ao meu serviço homens de uma categoria eminente. Antes de mais é preciso estabelecer a minha própria reputação e dar a conhecer ao público, através da própria categoria onde os tomei, que a minha intenção não é partilhar com eles a minha autoridade. Interessa-me que não concebam esperanças mais altas do que aquelas que eu lhes queira dar, o que é difícil para as pessoas de alto nascimento.

Luís XIV, *Memórias*.

DOC. 4 – A ENCENAÇÃO DO PODER RÉGIO

**PALÁCIO DE VERSALHES, GALERIA DOS ESPELHOS**

No palácio de Versalhes, a arte de governação foi acompanhada de um cerimonial de etiqueta e de projeção da autoridade do rei.

É um belo espetáculo vê-lo sair do castelo [refere-se ao palácio de Versalhes] com os seus guardas, as carruagens, os cavalos, os cortesãos, os criados e uma multidão de gente, tudo em confusão, correndo ruidosamente em torno dele. Isto faz-me lembrar a rainha das abelhas, quando ela sai para os campos com o seu enxame.

Primi Visconti, *Memórias sobre a Corte de Luís XIV*, 1637-1681.

1. **Identifique** as ordens sociais a que o rei se refere (DOC. 1).
2. **Destaque**, a partir do documento 1, três privilégios de que os eclesiásticos e a nobreza beneficiavam.
3. **Identifique** as opções corretas que revelam o entendimento que Luís XIV tem acerca do poder real (DOC.3):
 - (A) O rei deve concentrar todos os poderes nas suas mãos.
 - (B) Ao rei cabe exclusivamente o poder judicial.
 - (C) O rei não partilha a sua autoridade com os seus ministros.
 - (D) O monarca detém a exclusividade das decisões políticas.
 - (E) Os interesses do rei e do reino são antagónicos.

4. **Desenvolva o seguinte tema:**

No Antigo Regime o absolutismo régio fez da corte um palco de projeção da autoridade real, destinado a impressionar os súbditos e a veicular princípios ideológicos.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos para cada um dos tópicos de desenvolvimento:

- o papel do rei como garante da sociedade de ordens;
- os fundamentos da monarquia absoluta;
- a corte como local de encenação do poder régio.

Deve integrar na resposta, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos 1 a 4.

III GRUPO – O ABSOLUTISMO RÉGIO EM PORTUGAL

DOC. 1- AS ESPECIFICIDADES DO ABSOLUTISMO JOANINO

A 1 de janeiro de 1707, contando apenas 17 anos, subia ao trono D. João V [...]. Logo na cerimónia da aclamação se viu o pendor régio para a magnificência. Era novo o cerimonial e de molde a envolver a figura de D. João V do halo de veneração com que o absolutismo cobria as realezas [...]. Jamais a corte portuguesa mostrara tamanha riqueza de joias e vestuário. Desde então foi desejo de D. João V imitar o esplendor da corte de Luís XIV, ainda que sejam raras entre nós as alusões de tipo Rei-Sol. [...]. Os atributos eram outros do género de «real fecundidade», «clementíssima prudência», [...], «incomparáveis virtudes», [...], «excelso trono», mas nada comparável à divinização régia de que foi objeto o monarca francês. [...] O culto divino dos reis não tinha ambiente próprio num país onde a monarquia se identificava com a nação, na aliança forjada para defesa da Independência, como se vira pouco antes nas guerras da Restauração. O que ocorreu em Portugal foi bem a imagem de um absolutismo *sui generis*, em que a concentração de poderes na mão do rei nunca foi de molde a afastar do corpo social a imagem do soberano. O que nunca impediu a expressão de uma grandeza que se manifestou sobremaneira nas relações externas. D. João V desempenhou muitas vezes o papel de árbitro das nações europeias e exigiu as marcas de deferência que eram privilégio dos maiores Estados, ao ponto de os nossos embaixadores se comportarem sempre como representantes de um grande monarca.

Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, editorial Verbo, Lisboa, 2.^a Ed., 2006, pp. 234-236.



DOC. 2 – A NOBREZA PORTUGUESA

Os fidalgos ou grandes de Portugal, na sua maioria, não são muito ricos. Timbram^{destacam-se}, porém, na magnificência e grande número deles possui soberbos palácios, ricamente mobilados, numerosa criadagem, várias carruagens e muitos cavalos. A mesa, porém, e outras despesas menos públicas não correspondem a este aparato. Aos criados para alimentação e soldada não dão mais do que alguns reais por dia e os próprios amos se alimentam muito frugalmente, contentando-se com dois pratos; arroz, como parte obrigada, galinha, carneiro e alguma fruta.

César de Saussure, «Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730», *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. p. 269.

DOC. 3 – A PARTICIPAÇÃO DA NOBREZA NAS ATIVIDADES ULTRAMARINAS

Os cargos ultramarinos foram sempre apetecidos pela melhor nobreza portuguesa, não só porque no seu desempenho se alcançavam honras e mercês públicas, como também se granjeavam, e rapidamente, boas fortunas. [...] A nobreza portuguesa do século XVIII, não obstante vinculações e primogenituras, era renovada e vivificada pelas mais variadas atividades ultramarinas. Com isso, e por isso, alargavam-se quadros demasiado estreitos e obstava-se à anemia duma classe da qual dependia a vitalidade dos quadros de mando, tanto em Portugal como no ultramar. [...] Sem o influxo ultramarino nas casas nobres de Portugal, muitas se teriam estiolado financeiramente [...].

Virgínia Rau, *Estudos sobre a História Económica e Social do Antigo Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 1984, p. 29.

Doc. 4 – A SUMPTUOSIDADE DE D. JOÃO V

1. **Explicita** as características que, segundo o autor do documento 1, podem ser atribuídas ao absolutismo de D. João V.

2. **Identifique** as opções corretas que permitem caracterizar a nobreza portuguesa (DOC. 2):

- (A) A fidalguia portuguesa não era muito rica. ☐
- (B) A nobreza era maioritariamente modesta. ☐
- (C) A aristocracia portuguesa tinha palácios soberbos, criadagem e cavalos. ☐
- (D) A nobreza portuguesa gostava de remunerar prodigamente os seus servidores. ☐
- (E) A aristocracia preocupava-se sobretudo com as aparências. ☐
- (F) A mesa dos nobres era marcada pela abundância e pelos faustosos manjares. ☐
- (G) A nobreza era detentora de direitos e de privilégios. ☐
- (H) A fidalguia portuguesa constituía um grupo amplo. ☐
- (I) A nobreza marcava um grande distanciamento face à criadagem. ☐
- (J) A nobreza fazia parte dos privilegiados. ☐

3. **Explicita** em que consistia a figura do fidalgo-mercador

(DOC.3).

4. **Destaque**, a partir do documento 4, três características que manifestam o esplendor da corte joanina.

I.1	I.2	II.1	II.2	II.3	II.4	III.1	III.2	III.3	III.4	TOTAL
10	20	10	10	10	50	30	10	30	20	200